



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos - SSRH**  
**Conselho Estadual de Saneamento - CONESAN**

---

## **7ª. REUNIÃO ORDINÁRIA do CONESAN**

**LOCAL: PALÁCIO DOS BANDEIRANTES**

**DATA: 06/12/2017**



Aos seis dias do mês de dezembro de dois mil e dezessete, reuniram-se no Salão dos Pratos, Palácio dos Bandeirantes, município de São Paulo-SP, membros do Conselho Estadual de Saneamento-CONESAN, e Convidados, para a realização da 7<sup>a</sup> Reunião Ordinária. O Secretário de Saneamento e Recursos Hídricos- SSRH e Presidente do CONESAN, Benedito Braga, agradeceu a presença de todos e constatado quórum deu inicio a Reunião. obedecendo a ordem da Pauta, colocou para aprovação a Ata da 6<sup>a</sup> Reunião Ordinária do CONESAN, realizada em 27 de julho de 2016, sendo aprovada por maioria absoluta, sem contestações. Em ato contínuo passou aos informes sobre as ações da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, iniciando pelo Programa Gestão da Demanda, apresentado pela Secretária Adjunta da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, Monica Porto, que esclareceu que este Programa é realizado em parceria com a Secretaria da Habitação – SH, uma ação conjunta que tem por objetivo dar início a um processo de redução do consumo da água potável na Região Metropolitana de São Paulo, com a troca dos aparelhos sanitários que não possuem mecanismos de redução de vazão, nos conjuntos habitacionais construídos, antes de 2002, pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano – CDHU. Nesta primeira fase, serão atendidos aproximadamente 5 mil unidades , ocupadas por população de baixa renda, com um investimento de 5,2 milhões de reais, recursos financeiros do Estado, transferidos orçamentariamente pela SSRH à Secretaria da Habitação- SH, que repassará ao Fundo Estadual da Habitação. Informou ainda que será realizado um acompanhamento dessas implantações, executadas pela CDHU, para futuramente se expandir o Programa visando atender outras áreas urbanas sujeitas à escassez de água. Conclui destacando que essa é uma ação concreta no sentido de promover efetivamente a racionalização do uso de água potável em áreas urbanas sujeitas a escassez hídrica. Ato contínuo, o Presidente do CONESAN passou a palavra para o Secretário Executivo do CONESAN, Américo de Oliveira Sampaio, que iniciou a apresentação sobre a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento, informando sobre sua abrangência, etapa em que se encontra o Programa, e em linhas gerais a performance dos municípios na elaboração dos planos. Para facilitar a gestão dos Municípios, será necessário alcançar a universalização dos serviços de saneamento no estado de São Paulo. Para tanto, estão sendo elaborados 271



planos específicos, ou seja, apenas os quesitos que não foram beneficiados por iniciativas anteriores. Sendo assim, serão contemplados 164 municípios, especificamente com 62 planos de resíduos sólidos, 86 de água e esgoto e 123 de água urbana. A consolidação do Plano Municipal ficou a cargo do Município. Durante a revisão dos Planos a Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, através da Coordenadoria de Saneamento, se baseou na experiência da Secretaria do Meio Ambiente, em especial no Programa Verde Azul, bem como na sua expertise relativa aos resíduos sólidos. A divulgação dos Planos junto aos municípios também teve importante contribuição do DAEE/Comitês de Bacias, onde se verificou a participação de 80% dos municípios do Estado. Finalmente, o Secretário Executivo esclarece que todos os trabalhos relativos à implantação dos Planos de Saneamento devem caminhar para que os mesmos sejam pautados por uma Lei. Ao final o Presidente deu a palavra à plenária e o Doutor Eduardo Trani, representante da Secretaria do Meio Ambiente, esclareceu que o tema dos resíduos sólidos, acoplado a questão do saneamento, tem sido uma prioridade na relação entre as prefeituras e os órgãos de licenciamento, em especial a Cetesb, e a Secretaria do Meio Ambiente. Considerou excelente a iniciativa do "mutirão" que está sendo feito na linha de elaborar todos os Planos Municipais, cujos objetivos visam o engajamento desses municípios que, reunidos em Planos Regionais, possam se consorciar, buscando linhas de financiamento e que a SSRH e a Secretaria do Meio Ambiente, conjuntamente viabilizem a resolução relativos à elaboração dos Planos Municipais. A seguir o Presidente do CONESAN, elogiou e apoiou as iniciativas informadas pelo Dr. Eduardo Trani e devolveu a palavra à Plenária. Ato contínuo se manifestou o Prefeito de Santa Cruz da Esperança, Dimar de Brito, presidente do Consórcio dos Municípios da Mogiana, região de Ribeirão Preto, que soma 65 municípios, que esclareceu sobre a iniciativa anterior, a Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos promoveu a assinatura de Planos de Saneamento, porém, os mesmos não foram executados para todos os municípios, e sugeriu a promoção de ação via consórcio, que viabilize a confecção dos Planos de Saneamento faltantes. O Dr Luiz José Pedretti, Presidente da Emplasa, interveio e informou que a Emplasa, juntamente com os Municípios e a Sociedade Civil, estão desenvolvendo os denominados Planos de Desenvolvimento Urbanos Integrados, em cumprimentos às exigências do



Estatuto da Metrópole, o Plano da Região Metropolitana de São Paulo já está bastante adiantado, e tem objetivo fixar diretrizes para a região, no que concernem as funções públicas de interesse comum, que é o caso do saneamento. Posteriormente será aprovado por uma lei estadual e, posteriormente os municípios terão 3 anos para fazerem as adaptações necessárias dessas diretrizes regionais às suas leis municipais. Ainda, juntamente com a Secretaria de Energia, e o prefeito Barjas de Piracicaba, iniciando o exercício da Governança Metropolitana, em função de uma decisão do Supremo Tribunal Federal, onde a organização regional é compulsória. Ato contínuo, o Senhor Jorge Jamal Ayad Badra observa sobre a dificuldade dos prefeitos na realização do Plano Diretor dos municípios e sugeriu que os planos de Saneamento fossem acoplados ao Plano Diretor dos Municípios, teria mais eficácia e aplicabilidade. Em seguida, o Doutor Luis Felipe Tegon, representante do Ministério Público, elogiou a iniciativa quanto a elaboração dos Planos Municipais, e esclareceu que mobilizou os Promotores do Municípios contemplados, frisando a necessidade dos municípios participarem desse processo e paralelamente, estimulando uma linha de atuação regionalizada, temos os GAEMAS, o grupo tem metas de atuação no segmento do Saneamento e uma delas é a efetividade da implantação do Plano Municipal de Saneamento, frisando a necessidade de estimular o município a participar desse processo. Informou, ainda, que o Ministério Público atua em alguns municípios através dos GAEMAs, como colaboração de melhor desempenho dos Planos. O Prefeito do Município de Lins, Senhor Edgar de Souza solicitou que o MP reforce e conscientize a participação dos Promotores a serem mais colaborativos na ajuda do processo de convocação da comunidade, tendo em vista que a efetiva participação da sociedade ajuda a pactuar uma série de questões. E ainda, a necessidade do Plano Diretor para a gestão publica. Em seguida a Prefeita de Piquete – Ana Maria de Gouvea: elencou as dificuldades dos pequenos municípios em ter um Plano Diretor Municipal, bem como, sua falta de estrutura e consequente incapacidade dos mesmos no desenvolvimento de Planos de Saneamento. Algumas Secretarias colocam umas exigências que são difíceis de atendimento pelo município, seja com a disponibilidade de recursos ou capacitação técnica, não permitindo implementar os planos, necessários para captar recursos. Após, o Secretário Executivo do CONESAN



esclareceu ao Prefeito Dimar que não tem conhecimento da existência de municípios sem planos de saneamento, com exceção dos 4 municípios que apresentaram CRMC irregular. Esclareceu ainda que a revisão dos planos, feita a cada 4 anos, caberá aos municípios. Retomando a palavra, o Presidente convidou o Engº Américo a apresentar o Programa Água é Vida, que iniciou sua apresentação esclarecendo que o programa atende às comunidades isoladas, ou seja, que estão fora da sede municipal e que não contam com o sistema integrado da rede de saneamento, cujo objetivo é incluir essa população na universalização dos serviços, tentando viabilizar a questão da operação e manutenção desses sistemas isolados. Informou que São Paulo é o 7º estado em população rural no Brasil e que as demandas dos municípios, que chegam à Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, são relativas a obras de saneamento rural. Falou ainda sobre a dificuldade que os Municípios têm principalmente os menores, quanto à condução dos processos licitatórios para contratar tais serviços. Destacou que entre 2011 e 2013 foram assinados 67 convênios e destes, apenas 25 foram concluídos, sete anos após. Não existe nenhum comprometimento de nenhuma instituição em fazer a operação desses sistemas. Novas premissas estão sendo adotadas visando melhorar a eficiência do programa, tais como a responsabilidade do poder público na implantação de serviços de saneamento e operação de sistemas em povoados com um número mínimo de 50 domicílios, densidade habitacional com 20 habitantes por hectare, com vistas em ações coletivas (sistemas redes, etc), com dificuldade de levar soluções individuais. Estarem localizados em áreas com situação fundiária não regularizada tem sido um grande impedimento, uma vez que não há possibilidade de fazer investimentos em áreas irregulares. Informou que iniciativas baseadas no expertise do ITESP precisarão ser aplicadas em outros municípios, visando suas regularizações e que talvez a parceria com o ITESP seja uma boa solução. Justifica ainda sobre a importância do investimento ser feito a fundo perdido, pois é sabido que numa área rural o investimento per capita é o dobro do investimento na cidade, por outro lado a renda média da população rural é menor, inviabilizando a remuneração do capital investido numa possível tarifa. Os serviços de operação básica deverão ser oferecidos à essa população rural e não pode ser feita gratuitamente. De acordo com uma prévia avaliação, essa tarifa não



ultrapassaria os R\$ 20,00, garantindo que os sistemas não se percam por falta de manutenção. Finalizada a apresentação, o Senhor presidente oferece a palavra à Plenária. Ato contínuo o Senhor Paulo Roberto Martins, Prefeito de Manduri, explanou suas dificuldades relativas a administração de Convênio do Programa Água Limpa, para o qual o Senhor Presidente sugeriu discussão posterior. Em seguida Maria Aparecida Toloza Ribas, representante da sociedade civil - Ação Cidadania de Ibiúna, iniciou suas colocações reafirmando as dificuldades sobre o alcance da universalização dos serviços de saneamento em áreas rurais, uma vez que a questão regularização fundiária inviabiliza qualquer iniciativa relativa ao assunto e sugeriu uma força tarefa para o enfrentamento dessas dificuldades, criando um escalonamento de prioridades, recomendou ainda que todos pensassem sobre o assunto como "lição de casa". Falou ainda que entende que a prestação de deveria ser desenvolvida pelo prestador de serviços mediante cobrança de tarifas. Ressaltou a importância do envolvimento da Secretaria da Educação nesse processo. Em seguida solicitou a palavra o Senhor Marcio Gonçalves de Oliveira, representante da ABES, informou que a Secretaria da Agricultura pode contribuir com apoio técnico na questão do saneamento rural. Ato contínuo, o Doutor Luis Felipe Tegon informa a recente aprovação da Lei 13.465, que trata da regularização fundiária, incluindo áreas formalmente situadas em zona rural, com características urbanas, e informou que algumas das áreas contempladas pelo Programa Água é Vida possam vir serem regularizadas, e sugere que a ação do programa possa entrar como uma das fases do Plano exigido para o alcance da titulação. Em seguida o Senhor Hélio Luiz Castro, Diretor de Regulação da ARSESP, que estabelece uma correlação entre os Planos Municipais de Saneamento e o Programa Água é Vida, advertindo sobre a necessidade de constar nos Programas a atuação das concessionárias de saneamento também nas áreas rurais, possibilitando que sejam atendidas as demandas que recebem dos municípios, ao contrário do que acontece hoje, uma vez que as despesas com essa prestação de serviços fiquem devidamente justificadas. Ato contínuo, o Senhor Américo de Oliveira Sampaio, esclareceu que as populações rurais estão sendo levantadas, uma vez que o Plano Diretor prevê a população como um todo, porém, muitas vezes empresas concessionárias removem o atendimento da população rural de seus contratos. Desta forma, atender a população rural



passará a ser uma obrigação o aceite da concessão desses serviços deverá garantir que os serviços sejam praticados nas áreas não economicamente viáveis mediante pagamento de baixas tarifas. Em seguida o Doutor Borsari, representante do DAEE, iniciou sua explanação sobre o Programa Água Limpa e passou a apresentar os índices atuais de atendimento do Programa. Apresentou algumas obras realizadas e passou a esclarecer o “novo” Programa Água Limpa. Tendo em vista a continuidade das demandas, em volume cada vez maior, houve necessidade de criar uma nova forma de financiá-las. Com recursos que serão captados pela Desenvolve São Paulo, e repassados ao município, o novo programa Água Limpa firmará um contrato de financiamento com juros praticados junto ao BNDS ou Caixa Econômica e terá prazo de 10 anos para sua quitação, sendo um ano de carência. Para a regulamentação está em fase de ultimação de Decreto existente e posterior instituição da Desenvolve São Paulo. Já estão em fase avançada de negociação com 15 municípios, atingindo investimentos em torno de 64 milhões. Tomando a palavra, o Presidente do CONESAN faz rápido comentário a respeito do tema da apresentação e abre a palavra a Plenária. A Senhora Ana Maria de Gouvea, Prefeita de Piquete, discorreu sobre dificuldades enfrentadas, inclusive relativas ao repasse à empresa que está realizando a obra, e questiona as alterações no Decreto quanto a possibilidade de facilitar a transferência dos recursos, para a qual o Doutor Borsari respondeu positivamente. Após, o Secretário Executivo iniciou a apresentação do SISAN – Sistema de Informação de Saneamento. Elencou as dificuldades relativas a confiabilidade no colhimento das informações, que muitas vezes são declaratórias. Informou que o Sistema também pode ser acessado através Site do CONESAN. Exemplificou o funcionamento do Sistema à partir do Município de Piquete esclarecendo as particularidades/leitura correta do Sistema. Em seguida o Secretário convida a Plenária para manifestação. A Senhora Maria Aparecida Toloza Ribas sugere a introdução de informações sobre a coleta seletiva e as áreas de lixões em relação a suas fases de recuperação. O Secretário Executivo esclareceu que a Secretaria de Saneamento está contratando o SEADE para análise de consistência dos dados para fazer um trabalho de capacitação e equalizar os dados necessários para alcançar a consistência dos dados. Tal iniciativa foi imediatamente elogiada pelo Senhor Luiz Roberto Gravina Pladevall,



representante da APECS . O Senhor Dimar de Brito, Prefeito de Santa Cruz da Esperança, se manifestou sugerindo um plano de perda de água. Ato contínuo, o Secretario Executivo esclareceu que tal fato foi considerado nos Planos Municipais. O Prefeito do Município de Lins anunciou o recebimento do Premio do Instituto Trata Brasil relativo ao baixo índice de perda e convida a todos para visitarem o município e conhecerem a experiência. Tomando a palavra, o Presidente convida o Secretário a fazer uma explanação sobre o Relatório de Salubridade de São Paulo. Fez considerações sobre as dificuldades encontradas para a definição desse indicador, além de haver problemas conceituais e metodológicos, usando como exemplos os dados de saúde e o de mortalidade infantil. Sugere a formação de um grupo que trabalhe a diversidade dos indicadores atuais para a confecção de um Relatório Inicial para que finalmente possa ser criado em alguns meses o Relatório de Salubridade Ambiental do Estado de São Paulo. Retomando a palavra, o Presidente do CONESAN abre a palavra a Plenária. A Senhora Maria Aparecida, representante da Ação Cidadania toma a palavra e elogia o SISAN e sugeriu que o Relatório "fale a mesma linguagem" e dele conste algo relacionado à drenagem ou áreas de risco. Fechando o assunto o Presidente concorda com a formação do grupo de trabalho sugerido pelo Secretário do CONESAN. Ato contínuo abordou o tema Controle Social e reembrou a discussão da reunião anterior, ficando resolvido encaminhar o tema à Consultoria Jurídica para verificar a possibilidade do Controle Social ser exercido pelo CONESAN e convida a Doutora Monica a abordar o assunto elencando as dificuldades encontradas para o exercício do Controle Social. Informou que a melhor alternativa que se apresenta seria delegar tais encargos aos Comitês de Bacias. Em seguida a Doutora Monica esclarece que tais providências seriam apenas uma opção para os municípios. Ato contínuo, a Senhora Maria Aparecida Ribas sugere que no SISAN – Sistema de Informações de Saneamento, pudesse constar informações sobre o Controle Social e finalizou entregando uma sugestão acerca de instrumentos legais. O Senhor Jorge Jamal Ayad Badra, representante da Fecomércio, advertiu a Plenária a respeito de uma possível medida provisória que altera a legislação federal, quanto ao controle social. O Senhor Luiz Roberto Gravina Pladevall, representante da APECS apresenta suas dúvidas a respeito de como serão desenvolvidos os trabalhos relativos ao controle social. Ato contínuo o Senhor



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos - SSRH**  
**Conselho Estadual de Saneamento - CONESAN**

---

Marcel Costa Sanches, representante da Sabesp, esclareceu que algumas linhas de financiamento ficarão prejudicadas pela ausência do Controle Social e apelou aos municípios, que se encontram fora da região metropolitana, que instituem um colegiado local de controle social para que a população não fique penalizada. Em seguida o Doutor Luis Felipe Tegon sugeriu que o Controle Social, na região metropolitana, fique a cargo dos Órgãos de governança da região metropolitana. A Senhora Maria Aparecida Ribas sugere mais reuniões do CONESAN. O Secretário relembra que em reunião anterior, o Doutor Mario Bandeira, representante da Secretaria de Planejamento e Gestão, solicitou vistas a Deliberação 0.05/2016, que trata do rateio dos repasses para investimentos complementares às concessões de saneamento, para o qual passou a palavra. O Doutor Mário esclareceu que ficou em dúvida com relação aos investimentos e a aplicabilidade do Artigo 2º. Garantindo o encaminhamento da Deliberação à Procuradoria Jurídica, o Presidente do CONESAN aventa a possibilidade de uma próxima reunião, ainda no primeiro semestre de 2018 para tratar desse e de outros assuntos. O Senhor Jorge Jamal sugere companha de divulgação e esclarecimento à população sobre o Programa de Reuso de Água e faz um apelo para que a comunicação entre os membros do Conselho sejam mais constante e que os processos de comunicação se especializem. O Presidente reforça as vantagens do Programa de reuso de água e também concorda com a necessidade um maior número de reuniões do Conselho. Agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, desejando Boas Festas a todos.